XVII SIIU
Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo
21 a 22 agosto 2025
CAMPINAS
VALENCIA
19 a 20 junho 2025
DOI: 10.5821/siiu.14453

FORMA E PROCESSO DE CRESCIMENTO

Discutindo duas abordagens acerca do espaço urbano

FORM AND GROWTH PROCESS

Discussing two approaches to urban space

REIS, Almir Francisco[1]

Abstract

The historical consideration of the transformations of urban space is a fundamental reading in the study of cities. The main interest here is the understanding of the procedural dimensions of urban form: structural determinations, temporal dynamics, the role of the different agents involved. On the other hand, most works on Urban Morphology relate attributes of the city to different social requirements. Here the fundamental dimension is space and its implications in urban life. These two readings can constitute important contributions in the sense of incorporating and organizing scientific methods to urban studies, collaborating with the consolidation of a field of knowledge related to professional performance. Based on these reflections, the work discusses this issue from the exposition of the conceptual frameworks elaborated by two important schools of architecture, the University of Brasilia and the Polytechnic University of Catalonia. This material is compared with other methods, evidencing its explanatory potential. Examples of empirical studies carried out in Florianópolis-SC illustrate its possibilities and limitations when confronted with the socio-spatial reality.

Keywords: *Urban Space, Architecture and Urbanism, Urban Morphology, Urban Growth Processes.*

Resumo

A consideração histórica das transformações do espaço urbano é uma leitura fundamental no estudo das cidades. Interessa aqui o entendimento de dimensões processuais da forma urbana: determinações estruturais, dinâmicas temporais, o papel dos diferentes agentes envolvidos. Por outro lado, trabalhos de Morfologia Urbana, em sua maioria, relacionam atributos da cidade a diferentes expectativas sociais. Aqui a dimensão fundamental é o espaço e suas implicações no cotidiano da vida urbana. Estas duas leituras podem constituir importantes contribuições no sentido de incorporar e organizar métodos e conhecimentos científicos aos estudos urbanísticos, colaborando com a consolidação de um campo de conhecimento correlato à atuação profissional. Partindo dessas reflexões, o trabalho discute esta questão a partir da exposição dos quadros conceituais elaborados por duas importantes escolas de arquitetura, a Universidade de Brasília e a Universidade Politécnica da Catalunha. Este material é confrontado com outros métodos, evidenciando seu potencial explicativo. Exemplos de estudos empíricos realizados em Florianópolis-SC ilustram suas possibilidades e limitações quando no confronto com a realidade socioespacial.

[1] Grupo de Pesquisa Urbanidades, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina), ORCID 0000-0002-9040-7482, Brasil, Almir.reis@ufsc.br.

Palavras-chave: *Espaço Urbano, Arquitetura e Urbanismo, Morfologia Urbana, Processos de Crescimento Urbano.*

Área temática: *Cidade.*

Subárea temática: *Teoria e História da Cidade.*

1. Considerações iniciais

A expressão Arquitetura e Urbanismo define uma área de saber profissional, um ofício. Enquanto campo profissional que aglutina práticas artísticas e saber científico na construção do espaço humano a atividade tem já uma longa histórica. Enquanto campo de conhecimento disciplinar, que busca aprofundar um determinado recorte da realidade, esta identidade é muito mais frágil. Neste sentido urge a intensificação de esforços no sentido de consolidar a atividade na prática acadêmica explicitando seu objeto de estudos, conceitos e métodos de trabalho. Na escala da cidade, o estudo da forma urbana e dos processos de crescimento podem constituir importantes contribuições no sentido de incorporar e organizar métodos e conhecimentos científicos aos estudos urbanísticos, colaborando com a consolidação de um campo de conhecimento correlato à atuação profissional.

A consideração histórica das transformações do espaço urbano é uma leitura fundamental no estudo das cidades. Interessa aqui o entendimento de dimensões processuais da forma urbana: determinações estruturais, dinâmicas temporais, o papel dos diferentes agentes envolvidos. Nesta leitura o tempo passa a ser o protagonista e resgatar processos históricos de crescimento urbano, que explicam a cidade do presente, é procedimento básico. Aqui o fundamental são as determinações do fenômeno; a Arquitetura é trabalhada como variável dependente das instâncias culturais e socioeconômicas.

Por outro lado os trabalhos de Morfologia Urbana, em sua maioria, relacionam atributos da cidade a diferentes expectativas sociais: bioclimatismo, criação de espaços públicos, funcionalidade, legibilidade, expressividade, impactos sobre os ecossistemas naturais... São leituras fundamentais, que embasam processos de Planejamento e Desenho Urbano, permitindo a eleição e a avaliação de alternativas arquitetônicas e urbanísticas de um modo mais consciente. Aqui a dimensão fundamental é o espaço e suas implicações no cotidiano da vida urbana. Trabalha-se a Arquitetura como variável independente que causa efeitos sobre o meio ambiente e a vida social.

Espaço e tempo são o material principal da Arquitetura e do Urbanismo. Uma proposta urbanística explicita um modelo formal e processos temporais para que sua realização. Se na maioria dos estudos urbanos estas duas leituras comparecem separadamente isto é apenas um artifício analítico, haja vista o vínculo dialético que as une.

Partindo dessas reflexões, o objetivo principal deste artigo é apresentar estas duas abordagens, a partir do entendimento de seu papel tanto para a proposição urbanística quanto na constituição de um campo de estudos para a área. A hipótese de partida do trabalho considera este quadro conceitual fundamental para consolidar a Arquitetura e Urbanismo como atividade profissional e como campo de conhecimento a colaborar num entendimento multidisciplinar do espaço urbano.

O trabalho discute esta questão a partir da exposição dos quadros conceituais elaborados por duas importantes escolas de arquitetura: a Universidade de Brasília (As Dimensões da Forma Urbana – Turkienicz *et al.*, 1986) e a Universidade Politécnica da Catalunha (Os Processos de Crescimento Urbano – Solá Morales, 1993). Este material é confrontado com outros métodos, evidenciando seu potencial explicativo. Exemplos de estudos empíricos realizados em Florianópolis-SC ilustram possibilidades e limitações quando no confronto com a realidade socioespacial.

2. Processos de crescimento: ações e agentes na construção da cidade

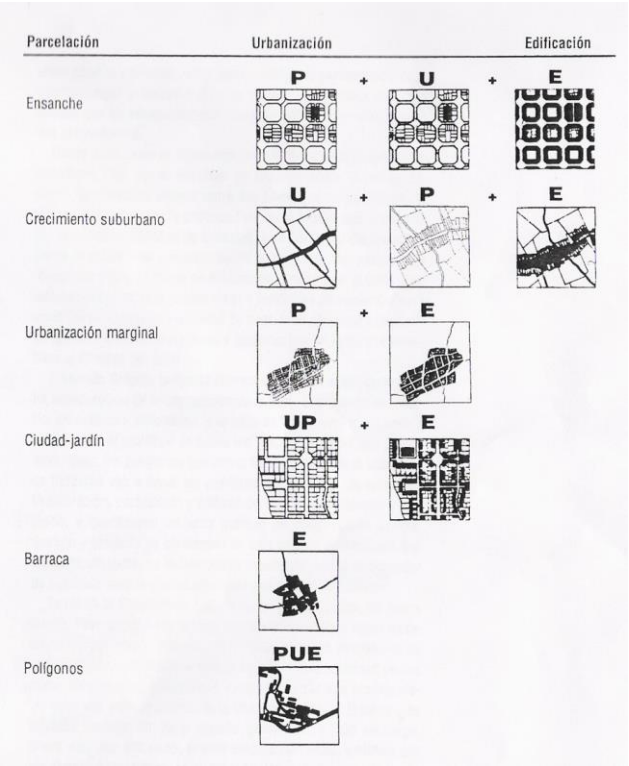

Fig. 1 *Os processos de crescimento urbano. Tipologia desenvolvida por Manoel de Solá Morales***.** Fonte: Solá-Morales (1993)

A forma urbana é resultado das instâncias socioeconômicas. Esta é uma frase repetida exaustivamente no contexto das escolas de Arquitetura e Urbanismo chamando a atenção para as causas do fenômeno urbano. Nada mais verdadeiro... não se pode entender a cidade sem analisar as determinações estruturais que a moldam no contexto de processos de produção e reprodução social. Importa aqui traçar linhas temporais e identificar agentes e processos socioespaciais.

A organização temporal de agentes e processos configuram o tecido urbano, dão sentido aos arranjos espaciais, às lógicas de centralidade, à distribuição dos usos do solo, aos processos de segregação. Tal qual um espelho, o espaço urbano reflete a sociedade que o constrói, seus conflitos e os diferentes agentes sociais envolvidos. O espaço, contribuição de diferentes tempos, soma estes processos configurando um texto que expressa muitas camadas históricas.

Trabalhar sob esta lógica significa apreender no espaço do presente a expressão dos diferentes tempos. Como um arqueólogo, o urbanista imbuído deste objetivo lê nas estruturas materiais processos e funções. Em uma sociedade estratificada e dividida, tais processos materializam lógicas de dominação e controle fundamentais na produção e reprodução de estruturas sociais. De base evidentemente marxista, o entendimento da cidade enquanto resultado das instâncias socioespaciais (a forma urbana como fenômeno dependente) tem organizado a maior parte dos estudos urbanísticos contemporâneos, em especial no contexto latino-americano.

O geógrafo alemão Michael Robert Günter Conzen (Conzen, 2004) lançou fundamentos para estudos acerca da forma urbana que têm na análise do modo em que os diferentes tempos se inscrevem na paisagem urbana, determinando o que o autor chama de “períodos morfológicos”, seu objeto principal. No contexto brasileiro diversos estudos oriundos das Ciências Sociais, em especial da Geografia, têm reafirmado o papel preponderante das determinações estruturais na construção do espaço urbano. De Milton Santos (Santos, 2023) a Roberto Lobato Corrêa (Corrêa, 1989) e Flávio Villaça (Villaça, 1998) este axioma é assumido em sua plenitude, desenhando métodos que estudam os processos sociais envolvidos na construção do espaço urbano. Mais que as implicações da forma comparecem nestes trabalhos análises do envolvimento diferenciado dos atores sociais na construção da cidade, bem como o modo em se reproduzem situações de dominação e desigualdade. São estudos fundamentais para o

estabelecimento de grandes linhas de atuação política e social, consolidando fundamentos epistemológicos de caráter multidisciplinar.

Manoel de Solà-Morales, urbanista catalão, aproxima estes fundamentos da prática do arquiteto-urbanista no célebre “As formas de crescimento urbano” (Solà-Morales,1993). O autor tipifica os diferentes processos de crescimento urbano em função do modo como acontece a sequência temporal de atividades básicas que criam cidades: o parcelamento da terra, o estabelecimento de infraestruturas, a construção de edificações. Esta sequência definiria diferentes processos de crescimento, a adoção de um ou outro processo decorreria da escala de capital envolvida, das características espaciais preexistentes, da forma de engajamento dos agentes envolvidos.

A identificação destes processos (o autor faz uma tipologia a partir do caso concreto das cidades espanholas) permitiria a formatação de distintos modos de intervenção espacial, evitando leituras e intervenções genéricas e dando ao urbanismo uma base científica de atuação. Estes estudos detalham processos específicos, leem diferenças e similaridades na transformação espacial dos tecidos urbanos, estudam lógicas temporais de atuação no contexto da cidade. O trabalho, de certo modo, vai na contramão de colocações genéricas evidenciando processos que, resultando de expectativas sociais, geralmente de caráter global, adquirem diferentes particularidades locais. A importância do trabalho de Solà-Morales se revela ao vermos o número de escolas de Arquitetura e Urbanismo, em especial no continente europeu, que tem por base conceitos e métodos aí desenvolvidos. Do mesmo modo, estas bases encontram-se presentes em diversas propostas de atuação mundo afora, levando à formulação de estratégias diferenciadas para diferentes logicas de crescimento urbano, evitando a formulação de fórmulas preconcebidas de leitura e proposição urbanísticas.

3. As dimensões da forma urbana: efeitos do espaço no cotidiano da vida na cidade

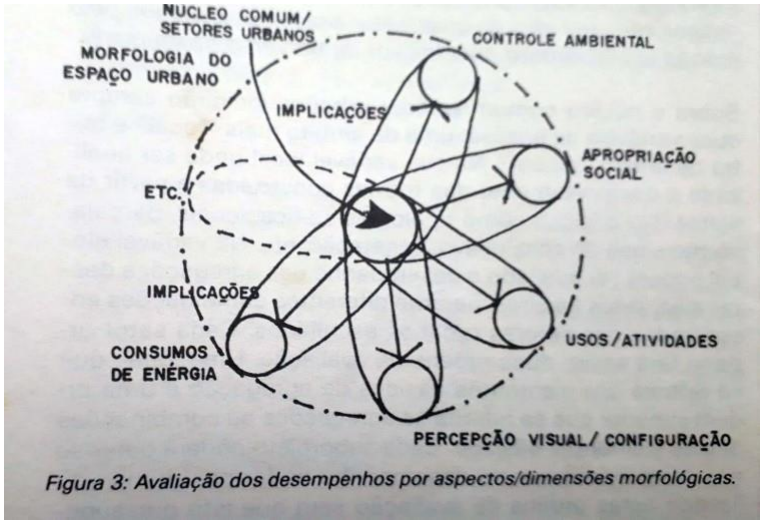

Fig. 2 *As dimensões da arquitetura. Esquema metodológico para leitura da forma urbana a partir de diferentes recortes aspectuais.* Fonte: Turkienicz (1986)

A forma urbana tem efeitos sobre o cotidiano da vida que se estabelece nas cidades. Uma frase, aparentemente óbvia, tem gerado muita discussão, muita crítica. Atribuir efeitos do espaço sobre a vida social significaria, para muitos, alinhar-se a posturas do determinismo espacial, algo bastante comum no discurso de muitos arquitetos e urbanistas que atribuem um papel quase milagroso ao espaço e, claro, a suas proposições. Não se trata disso, mas negar esses efeitos não faz nenhum sentido, em especial no contexto de uma profissão cuja atuação tem reflexos diretos sobre a realidade espacial.

Desde muito o papel do espaço e os limites e possibilidades que ele condiciona na vida social fizeram surgir diferentes linhas de pensamento e diferentes recortes analíticos. Podemos exemplificar com o clássico trabalho de Camilo Sitte (Sitte, 1992, primeira edição de 1889), que, já no século XIX, levantou características estéticas do espaço urbano e, em paralelo, descreveu de modo fascinante aspectos da forma urbana relacionados à apropriação e à identidade dos espaços públicos. O trabalho de Sitte (1992), redescoberto quando da crítica feita ao urbanismo do movimento moderno nos anos 1960,

relaciona atributos formais e suas implicações na leitura cotidiana da cidade, constituindo base de diversos estudos surgidos no cenário internacional a partir daí.

Se legibilidade e apropriação têm relação com atributos espaciais, muitas outras dimensões da vida nas cidades são também condicionadas pela forma urbana. São clássicos os estudos acerca das redes de espaço público urbanas e suas formas de apropriação, de bioclimatismo, que recortam da arquitetura e da cidade aqueles aspectos relacionados com o conforto ambiental, de funcionalidade, que dizem respeito ao modo como as funções urbanas se complementam na cidade (ou nas edificações). Do mesmo modo, aspectos simbólicos, econômicos, ambientais e muitos outros são possíveis recortes de estudos que cada vez têm merecido mais atenção por parte de pesquisadores, haja vista sua importância para a pesquisa e para a projetação urbana e arquitetônica. Aprofundar cada um desses recortes significa identificar diferentes expectativas sociais a respeito da cidade. Reconhecer e coloca-las em apreciação é parte fundamental do trabalho do arquiteto-urbanista, enquanto participante do jogo urbano. Este conhecimento, permitindo avaliações criteriosas da realidade espacial, são também fundamentais no ensino e na pesquisa na área.

No texto “As dimensões da Arquitetura” (Turkienicz *et al.*, 1986), o grupo de pesquisa DIMPU (Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização) da Universidade de Brasília problematiza, pela primeira vez no Brasil, estas diferentes dimensões da forma urbana, demonstrando como elas podem organizar a pesquisa em arquitetura e urbanismo, o ensino e a prática projetual em diferentes escalas. Textos mais recentes atualizam e aprofundam a proposta (Holanda, 2013; Kohlsdorf e Kohlsdorf, 2017). Tal trabalho tem enorme relevância ainda hoje, em especial num país que pouco discute fundamentos da pesquisa na área, em muitos casos refugiando-se em outros campos disciplinares e pouco aprofundando seu próprio objeto. É lógico que a pesquisa interdisciplinar é fundamental em nosso campo de conhecimento e atuação – precisamos, muitas vezes, extrapolar nosso objeto de estudo para entendê-lo num contexto mais amplo de conhecimento. Porém, para a Arquitetura e o Urbanismo se consolidarem como disciplina a colaborarem num entendimento multidisciplinar da cidade, são cada vez mais necessários estudos no sentido de definir com clareza seu objeto de trabalho, as categorias estruturais que configuram a disciplina e seus métodos de trabalho.

4. Formas e processos urbanos: discutindo abordagens a partir de exemplos empíricos

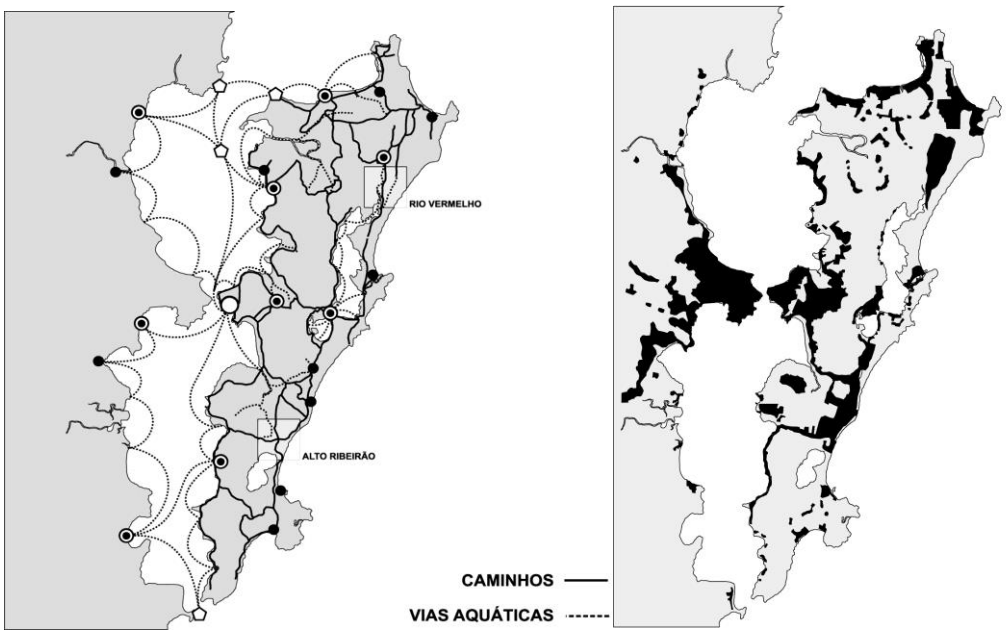

Fig. 3 *Ilha de Santa Catarina. Estruturação colonial do território x ocupação urbana contemporânea. Florianópolis já nasceu polinucleada – a ocupação colonial condicionou os processos de crescimento e as formas urbanas contemporâneas.* Fonte: Reis (2012)

O aprendizado, decorrente da docência em Arquitetura e Urbanismo por mais de trinta anos, nos mostra que exemplos empíricos costumam deixar mais claros conceitos abstratos. Procuramos, neste trabalho, evidenciar a importância, para a Arquitetura e o Urbanismo, do entendimento da diferenciação existente

entre as leituras processuais (onde o tempo é a variável fundamental) ou formais (onde o espaço vem para o primeiro plano). Ressaltamos a possibilidade de abordagens centrando em uma ou noutra dessas dimensões da cidade no processo de pesquisa e a premência de estudos que associem estas duas dimensões de forma integrada, em especial no processo de Planejamento e Desenho Urbano, o que permitiria posturas mais acertadas e processos participativos mais transparentes.

Um exemplo, retirado de nossos estudos acerca das transformações por que tem passado a Ilha de Santa Catarina a partir do desenvolvimento urbano-turístico, pode nos ajudar a consolidar de modo mais claro as abordagens diferenciadas (porém complementares) que foram problematizadas. Processos e formas de crescimento são utilizados na sequência para analisar um mesmo fenômeno socioespacial, permitindo verificar possibilidades e limitações dessas leituras.

Quem sobrevoa a Ilha de Santa Catarina no presente, ou analisa fotos aéreas, percebe, em meio à exuberante paisagem costeira, a existência de grandes extensões marcadas por diferentes processos de crescimento, que se substanciaram em diferentes traçados urbanos. Por um lado, grande parte da mancha urbana configurada por traçados em “espinha de peixe”, caracterizando localidades com uma única rua principal (aqui chamada “estrada geral”), de onde partem outras ruas (“servidões”) para ambos os lados. Por outro, porções territoriais com urbanizações mais contínuas configuradas a partir de malhas urbanas que tendem ao xadrez. Que processos determinaram estas diferentes formas de urbanização? Que as implicações tais formas estabelecem no cotidiano dessas localidades? Não se pretende, de forma alguma, aprofundar os complexos métodos e procedimentos utilizados nessas leituras, mas tão somente dar uma notícia no sentido de deixar um pouco mais claras as duas abordagens evidenciadas no texto: por um lado a explicação das determinações históricas da forma urbana e por outro os efeitos que esta forma gera no cotidiano da cidade. Para maiores aprofundamentos, conferir Reis (2012), onde o universo empírico, bem como os métodos e técnicas utilizados são exaustivamente apresentados.

4.1. Processos de crescimento: a história explicando o traçado no contexto da Ilha de Santa Catarina

A origem histórica de Florianópolis no século XVII resulta da importância de sua localização no litoral meridional do Brasil, na metade do caminho entre o Rio de Janeiro e a Colônia do Santíssimo Sacramento na foz no Rio da Prata. Os conflitos entre Espanha e Portugal pelo domínio da Ilha de Santa Catarina ocasionaram com que Portugal, a partir do século XVIII, executasse um projeto de ocupação e defesa, consolidado por ocupação militar, construção de fortalezas e ocupação do território por imigrantes de origem açoriana.

Entre 1748 e 1756 chegaram à Ilha mais de 6.000 açorianos, fato que produziu repercussões culturais muito intensas, encontradas até hoje no cotidiano da cidade, na paisagem e no imaginário popular. Foram criados diversos núcleos, posteriormente paróquias (freguesias), a partir dos quais expandiu-se a ocupação do território. Estes núcleos, associados aos diversos fortes e quartéis, foram unidos por uma rede de transportes e comunicações marítimas e terrestres.

Neste contexto, as áreas ocupáveis tiveram dois destinos: porções parceladas foram destinadas a usos agrícolas e grandes extensões, cujas terras apresentavam maiores dificuldades de utilização, foram deixadas sem parcelamento, sendo destinadas a usos comunais. Esta estruturação territorial permaneceu bastante preservada até os anos 1970, período que marca tanto a decadência das práticas agrícolas quanto o início da valorização das inúmeras praias e de sua invulgar paisagem. Neste momento, áreas parceladas e áreas comunais foram apropriadas e transformadas de diferentes formas, levando ao surgimento de diferentes processos de urbanização.

Áreas com prévio parcelamento da terra permitiram o surgimento de processos bastante informais; áreas não parceladas, apropriadas por grandes capitais, levaram ao estabelecimento de empreendimentos de grande escala. Ou seja, a estrutura rural da terra, consolidada muitos séculos atrás, foi fundamental na construção da dinâmica urbana e do traçado da cidade. No presente, estas heranças históricas, fundamentais na estruturação do tecido urbano, condicionam de forma notável a mobilidade e a apropriação do espaço urbano. Mais que um caso específico interessa neste momento mostrar como os dois aportes conceituais apresentados podem nos ajudar a entender o fenômeno suas determinações e suas implicações no presente da cidade.

As áreas com prévio parcelamento da terra foram sendo loteadas a partir da implantação de vias de acesso perpendiculares ao caminho preexistente (estrada geral). Na Ilha, a maioria dos casos aconteceu à margem do aparato legislativo ou qualquer outra forma de regulação, sendo conduzidos

pelos próprios moradores que, paulatinamente, iam loteando e colocando à venda suas propriedades rurais. Este processo transformou o uso do solo determinando uma dinâmica própria onde a infraestrutura presente na estrada geral permitiu o loteamento e o adensamento de cerca de 70% da área urbana atual da cidade. Importante ressaltar que o acontecido na Ilha de Santa Catarina se repete em praticamente todo litoral catarinense e em muitas outras regiões mundo afora, como nas costas mediterrâneas da Espanha, fenômeno estudado por Manoel de Solà-Morales e seus discípulos, tendo sido chamado, neste caso, de “crescimento suburbano” (Solá Morales, 1993).

Nas áreas não parceladas, a transformação urbano-turística aconteceu de modo diferenciado. Processos de crescimento bastante centralizados, levados a cabo pelo poder público e principalmente pelo capital privado se desenharam por sobre o território: desde os loteamentos originais, com traçado em xadrez e crescimento paulatino (tanto do parcelamento quanto da instalação de infraestruturas e edificações) quanto os grandes empreendimentos do presente. Nestes últimos, o parcelamento da terra, a construção de infraestruturas e de edificações têm sido realizadas em um só momento, expressando a entrada dos grandes capitais na construção da cidade.

4.2. Formas urbanas: o traçado e suas implicações no presente da Ilha de Santa Catarina

As adaptações rurais realizadas a partir da segunda metade do século XVIII, hoje presentes na forma, em especial no traçado da cidade, apresentam também inúmeros efeitos no cotidiano da vida urbana. Vamos salientar, em especial as implicações dessa estruturação formal na configuração e na apropriação dos espaços públicos da cidade criado e no modo como essas urbanizações tem impactado os ecossistemas costeiros.

O traçado em espinha de peixe gerou uma rede de espaços públicos bastante diferenciada, onde a urbanidade se estabelece na estrada geral e as ruas perpendiculares passam a concentrar tão somente usos residenciais, constituindo áreas segregadas que não apresentam fluxos de passagem. Dificuldades gerais de circulação viária e pedestre são também decorrência direta dessa forma de estruturação do tecido urbano. Estas áreas tiveram crescimento ao longo de algumas décadas, o que levou a uma substituição gradativa dos ecossistemas naturais. Mata Atlântica, restingas e manguezais foram lentamente sendo substituídos pela ocupação urbana. A diluição dos atores e a pequena escala dos empreendimentos dificultaram sobremaneira a responsabilização pelos danos ambientais gerados.

Os traçados mais ortogonais dos loteamentos e grandes empreendimentos criados por sobre as áreas outrora de uso comunal geraram redes de espaço público mais integradas, levando à consolidação de alguns bairros e balneários com espaços públicos densamente apropriados. Os empreendimentos mais recentes, muitos apresentando uso habitacional exclusivo, negam essas possibilidades de urbanidade colocadas por seu traçado. Em termos ambientais sua implantação tem sido catastrófica, com a destruição total dos ecossistemas naturais já no momento da implantação e, na maioria dos casos, com a ocupação indevida de áreas consideradas de preservação permanente.

Certamente a consideração dessas diferentes lógicas, entendendo determinações e implicações de formas e processos espaciais quando do início do processo, teria permitido atuações mais efetivas do poder público e uma possível qualificação das estruturas urbano-turísticas em formação. A criação de vias paralelas à principal e a definição de dimensões compatíveis para os espaços públicos teria sido fundamental para garantir a qualidade do tecido urbano em formação a partir do parcelamento sucessivo das propriedades rurais. No caso dos grandes empreendimentos, a integração do traçado com as comunidades preexistentes e a utilização de usos diferenciados e complementares qualificariam os novos bairros criados. Nos dois casos, o simples cumprimento da legislação ambiental teria protegido áreas de preservação permanente e permitido a criação de uma cidade muito mais integrada à excepcional geografia em que se insere.

As duas abordagens conceituais apresentadas de forma muito resumida neste artigo, estão presentes na breve exposição da transformação urbano-turística da Ilha de Santa Catarina. Processos de crescimento diferenciados foram desenvolvidos a partir de determinações historicamente impressas por sobre o território. Estes processos geraram formas urbanas e, em especial, um traçado urbano bastante complexo, hoje presente nas características da cidade, que condiciona de modo exemplar formas de circular e de viver sua urbanidade e sua invulgar paisagem.



Fig. 4 *Ilha de Santa Catarina. Estruturação colonial do território x ocupação urbana contemporânea. Na primeira imagem, crescimentos por sobre áreas com parcelamento agrícola. Na segunda, a malha xadrez típica dos empreendimentos ocorridos por sobre áreas sem parcelamento, outrora de uso comunal. A estruturação rural da terra condicionou fortemente o tecido urbano do presente.* Fonte: fotografias aéreas de 2000, propriedade do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

4. Considerações finais

Chamamos a atenção neste trabalho para o duplo papel do espaço da cidade, enquanto resultado e condição para os processos sociais. Esta leitura, compartilhada por diversos outros autores, tem por base o entendimento marxista de que o homem, ao transformar a natureza, cria objetos que passam a fazer parte de sua própria constituição, elementos intrínsecos de processos de produção e reprodução social. Neste sentido, entender e propor a cidade, talvez o principal dos objetos criados pelo homem, implica entender suas determinações estruturais, mas também e, principalmente, suas implicações no contexto da vida urbana.

Nas universidades brasileiras, via de regra, as determinações socioeconômicas do espaço urbano têm sido extremamente valorizadas nos estudos urbanísticos. E se isto é fundamental, em especial no contexto das Ciências Sociais, onde as implicações espaciais são bem menos relevantes, no contexto da Arquitetura e do Urbanismo tal postura revela-se necessária, porém insuficiente. Problematizar e propor a cidade exige tanto o conhecimento de sua história e dos processos e agentes que a constroem quanto os efeitos que o espaço configurado, realidade da natureza e da sociedade, condicionam em seu cotidiano. Estes dois recortes de trabalho (a forma urbana como resultado das instâncias sociais ou como condicionadora de efeitos na vida urbana) não são contrários nem excludentes: são apenas duas faces de uma mesma realidade. Voltar-se para uma ou outra dessas dimensões constitui mero artifício intelectual, cuja escolha depende dos interesses do escopo trabalhado.

Espaço e tempo são o material principal do Urbanismo. Uma proposta urbanística explicita um modelo formal e processos temporais de parcelamento da terra, estabelecimento de infraestruturas, construção de edificações. Se na maioria dos estudos urbanos estas duas dimensões comparecem separadamente, isto é apenas um artifício analítico, haja vista o vínculo dialético que as une. Entender a ênfase de cada autor, no contexto deste quadro conceitual, me parece básico para consolidar a Arquitetura e Urbanismo como atividade profissional e como campo de conhecimento a colaborar num entendimento multidisciplinar do espaço urbano.

5. Referências

CONZEN, M. R. G. e CONZEN, M. P. (2004). *Thinking about urban form: papers on Urban Morphology, 1932-1998*. London: European Academic Publishers.

CORRÊA, R. L. (1989). *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática.

HOLANDA, F. (2013). *10 mandamentos da arquitetura*. Brasília: FRBH.

KOHLSDORF, G., KOHLSDORF, M. E. (2017). *Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares*. Brasília: FRBH.

REIS, A. F. (2012). *Ilha de Santa Catarina – Permanências e Transformações*. Florianópolis: Editora da UFSC.

SANTOS, M. (2023). *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp.

SITTE, C. (1992). *A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Ática.

SOLÀ-MORALES, M. (1993). *Las Formas de Crecimiento Urbano*. Barcelona: Edicions UPC.

TURKIENICZ, B., et al. (1986). As dimensões morfológicas do processo de urbanização: uma possível (e necessária) metodologia de pesquisa. In: *Anais do II Sedur – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. Brasília: CNPQ/FINEP/Pini.

VILLAÇA, F. (1998). *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.